

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ISABELA SILVEIRA BERNARDES

**Uma trajetória de pesquisa: desafios para encontrar o recorte da
formação econômica**

VITÓRIA
2022

ISABELA SILVEIRA BERNARDES

**Uma trajetória de pesquisa: desafios para encontrar o recorte da
formação econômica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cassio Arruda Boechat

VITÓRIA

2022

ISABELA SILVEIRA BERNARDES

Uma trajetória de pesquisa: desafios para encontrar o recorte da formação econômica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Aprovado em ____ de _____ de 2022

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cassio Arruda Boechat
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Erick Gabriel Jones Kluck
Universidade Federal do Espírito Santo

Mestre Cecilia Cruz Vecina
Universidade de São Paulo

VITÓRIA
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Luciana Silveira Bernardes pelo carinho, cuidado e preocupação. Esses cinco anos de pesquisa foram anos de muita auto cobrança que me fizeram duvidar da minha capacidade. Sem seu olhar atento dificilmente hoje minha personalidade haveria retornado. Agradeço ao meu pai Enildo Junior Bernardes pelas orientações e por ter aguentado todos esses anos uma filha com pouca ou nenhuma renda. Agradeço a minha irmã Gisele por ter me escutado nos momentos em que somente o ato de falar sobre o que estava escrevendo foi capaz de fazer com que a estrutura de texto fosse esboçada. Vem dos nossas momentos em família a pulsão anticapitalista que continua a me mover.

Esse impulso anticapitalista ainda encontra vazão nas aulas e encontros com meu amigo e orientador Cassio. Embarquei na iniciação científica com ele logo no seu primeiro mês como professor adjunto e foi lindo presenciar o seu cuidado com a aprendizagem. Reestruturava suas aulas e diminuía o ritmo quando percebia que as alunas e alunos estavam com dificuldade. Digo sem vergonha que foi ele quem me ensinou a ler! Chegamos da escola pública sem nunca ter lido um artigo e foi somente com as suas dicas que os parágrafos começaram a se entrelaçar. Cada texto tem sua estrutura de argumentação e ele fazia questão de nos mostra-la: “viu aí como o autor fez uma entrada mais teórica para depois começar a desenvolver alguns aspectos históricos?”. Devo muito a ele pela sua paciência, atenção, leveza, risadas, trabalhos de campo e principalmente perdão pelas vezes em que sumi. Os frutos dos meus erros sou eu quem colho e isso sempre ficou bem claro na nossa relação.

Por fim agradeço as amigas Alice, Mayara, Isabella, Allyne, Marcelly, Viviane, Hannah e outras que posso não ter lembrado agora, pelas inúmeras conjecturas acadêmicas que tagarelávamos pelos corredores e que serviram de alívio para a hiperatividade mental que se instaurava quando algo nos contagiava na sala de aula.

Se sou alguma coisa é porque me exerci com todas e todos vocês. Podem ter certeza amo cada um que mencionei e meu eterno muito obrigada!

RESUMO

Essa monografia é um compêndio dos trabalhos desenvolvidos pela autora ao longo de sua graduação. São eles dois relatórios de iniciação científica e um projeto de mestrado. No primeiro relatório apresentam-se estudos que procuraram responder o porquê das famílias serem grandes no passado. Alguns estudos atribuíam as causas a fatores econômicos como a possibilidade de aumentar o rendimento da família camponesa. Contrária a essa perspectiva se desenvolve a crítica de que essa visão acaba por ratificar a idéia de que as famílias eram grandes por decisão deliberada da família. A pesquisa concorda com a crítica e mostra como nem mesmo as próprias mulheres exerciam o controle deliberado da fecundidade. O segundo relatório disserta sobre o fenômeno de apropriação de terras - *land grabbing* – que passa a ser crescente a partir dos anos 2000 e, sobretudo nos países emergentes. Analisa-se o caso da mecanização do corte de cana de açúcar das lavouras paulistas como um efeito indireto desse fenômeno. Por fim disponibilizamos o projeto de pesquisa que garantiu a vaga na pós-graduação em geografia da UFES. Nele mostramos que na sua primeira década a Companhia Vale do Rio Doce teve dificuldades no recrutamento de mão de obra. Com o desenvolvimento da pesquisa queremos defender uma hipótese de causa diferente daquelas já elucidadas. Nossa hipótese é de que a população na década de 1940 ainda estava arraigada às possibilidades que o campo capixaba ainda oferecia. Desde o princípio o objetivo era discutir a formação econômica e essa trajetória mostra como foram às tentativas de alcançar esse fim.

Palavras-chave: famílias grandes; *land grabbing*, formação da Companhia Vale do Rio Doce

ABSTRACT

This monograph is a compendium of the work developed by the author throughout her graduation. They are two scientific initiation reports and a master's Project. The first report presents studies that sought to answer why families were large in the past. Some studies attributed the causes to economic factors such as the possibility of increasing the income of the peasant Family. Contrary to this perspective, the criticism develops that this view ends up ratifying the idea that families were large by a deliberate decision of the Family. The research agrees with the criticism and shows how not even women themselves exercised deliberate control over fertility. The second report discusses the phenomenon of land grabbing which has been on the rise since the 2000s, especially in emerging countries. The case of mechanization of sugarcane cutting in São Paulo's crops is analyzed as an indirect effect of this phenomenon. Finally, we provide the research Project that guaranteed the place in the postgraduate course in geography at UFES. In it we show that in its first decade Companhia Vale do Rio Doce had difficulties in recruiting Manpower. With the development of the research we want to defend a hypothesis of a cause different from those already elucidated. Our hypothesis is that population in the 1940s was still rooted in the possibilities that the Espírito Santo countryside still offered. From the beginning, the objective was to discuss economic formation and this trajectory shows how the attempts to achieve this end were.

Keyword: large families; land grabbing; formation of Companhia Vale do Rio Doce.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A problemática das “famílias grandes” e do possível “incentivo” à maternidade no <i>colonato</i> (PIIC – 2018)	11
2.1. RESUMO	11
2.2. INTRODUÇÃO	11
2.3. OBJETIVOS	12
2.4. METODOLOGIA	13
2.5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
2.6. CONCLUSÃO	24
3. Crise do Trabalho e Land Grabbing: para além das paisagens sucroenergéticas de Olímpia-SP (PIIC – 2019)	26
3.1. RESUMO	26
3.2. INTRODUÇÃO	26
3.3. OBJETIVOS	27
3.4. METODOLOGIA	27
3.5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
3.6. CONCLUSÃO	32
4. Formação da Companhia Vale do rio Doce a partir do viés da mobilidade do trabalho no Espírito Santo	32
4.1. RESUMO	32
4.2. INTRODUÇÃO	33
4.3. OBJETIVOS	38
4.3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	39
4.4. REVISÃO DE LITERATURA	39
4.4.1. Planejamento regional	39
4.4.2. Modernização no Espírito Santo	40
4.5. MATERIAIS E MÉTODOS	42
4.5.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	43
4.5.2. LEVANTAMENTO DE DADOS	43
4.6. METAS E CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	43
4.6.1. Parte 1 da Revisão Bibliográfica:	43
4.6.2. Parte 2 da Revisão Bibliográfica:	43
4.6.3. Parte 3 da Revisão Bibliográfica:	44

4.6.4.	Análise das Circulares internas:.....	44
4.6.5.	Escrita da dissertação:.....	44
4.6.6.	Disciplinas:.....	45
4.6.7.	Qualificação:.....	45
4.6.8.	Dissertação:.....	45
4.7.	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (2022/2023)	46
4.8.	VIABILIDADE E DISPONIBILIDADE	46
5.	CONCLUSÃO.....	47
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
6.1.	1º RELATÓRIO DE PESQUISA (2017)	48
6.2.	2º RELATÓRIO DE PESQUISA (2018)	49
6.3.	PROJETO DE MESTRADO	50

1. INTRODUÇÃO

Os três capítulos dessa monografia são dois relatórios de iniciações científicas realizadas durante a minha graduação e o projeto de pesquisa que garantiu a continuidade dos meus estudos no programa de pós-graduação em geografia da UFES.

O primeiro relatório que inaugurou minha trajetória de pesquisa procurou compreender o porquê das famílias grandes no passado. Descobrimos um debate por trás da questão. Aquelas que consideravam as famílias do passado grandes afirmavam que a possibilidade de gerar maior rendimento no campo com uma família se constituía em um incentivo a natalidade. Por outro lado, confrontando essa perspectiva demógrafas mostraram que existiam famílias muito maiores que as famílias observadas pela primeira linha de pensamento e que neste debate entram fatores como mortalidade, casamento precoce e ausência de métodos contraceptivos que precisam ser levados em conta. Mostramos que independente do tamanho e se havia mortalidade, no tocante ao corpo feminino o que precisa também ser levado em conta é que tratavam de mulheres que tinham um filho atrás do outro e que aspectos ligados a violência sexual não são se quer mencionados em ambos os lados do debate.

No segundo relatório foi observado um fenômeno recente chamado *land grabbing*. Trata-se de um direcionamento dos capitais após a crise de 2008 para setores produtores de *commodities*. No mesmo período em que essa inflexão de capitais ocorria no mundo ocorrem três fusões de grupos estrangeiros com usinas produtoras de açúcar e álcool do oeste paulista. A pesquisa que a iniciação científica estava vinculada ficou responsável por investigar essas fusões procurando mostrar os elos desse acontecimento com o fenômeno mundial dos *land grabs*. A iniciação científica se concentrou em descrever o fenômeno e observar a mecanização do corte que ocorreu após as fusões como efeito dessa inflexão de capitais.

No terceiro capítulo apresenta-se meu projeto de mestrado que surge numa tentativa de sanar o interesse que perpassa as duas pesquisas de iniciação científica: compreender a formação do capitalismo. Com ele procurei dar um ponto de partida para a esse esforço de compreensão e por isso a escolha do conceito *mobilidade do trabalho*. Entender como a força de trabalho se forma é um caminho interessante para começar a assimilar esse processo

longo de formação do capitalismo no Brasil. A Companhia Vale do Rio Doce foi a primeira grande indústria a demandar grandes turmas de trabalhadores no Espírito Santo. Partindo da compreensão marxista de que a força de trabalho se forma quando as relações de trabalho no campo são transformadas, vemos no estudo da formação dessa categoria uma oportunidade de compreender conjuntamente a modernização do campo, a formação urbana e os efeitos da industrialização.

2. A problemática das “famílias grandes” e do possível “incentivo” à maternidade no *colonato* (PIIC – 2018)

2.1. RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender o comportamento reprodutivo da família camponesa no *colonato* – sistema de trabalho organizado em bases familiares, amplamente empregado na cafeicultura paulista, sobretudo no período entre 1870 a 1950. Ocorre que, uma das formas de pagamento do trabalho nesse regime, se manifesta indiretamente como um “incentivo á maternidade” que corrobora com a ideia predominante das famílias grandes do passado. Não há consenso sobre essa afirmação e as críticas a essa perspectiva ampliam as formas de se compreender a alta fecundidade do passado através dos índices de mortalidade e da influência da dinâmica da produção de subsistência. Cabe aqui contextualizar o debate e indicar a necessidade de compreender o fenômeno segundo a influência dos valores e tradições da cultura patriarcal. Propõe-se que se leve em conta a violência sexual como fator que participa da alta fecundidade no passado tendo em vista um conjunto de simbologias que caracterizam o universo cultural rural, por vezes autoritário e depreciativo para a mulher.

Palavras-chave: Famílias grandes; *colonato*; comportamento reprodutivo; violência conjugal.

2.2. INTRODUÇÃO

O *Colonato*, sistema de trabalho organizado em bases familiares foi amplamente empregado na cafeicultura paulista a partir dos anos 1870 durante a transição do trabalho escravo pelo trabalho livre de imigrantes europeus. A forma de pagamento nesse sistema era dívida entre um montante pago pelo trato do cafezal, isto é, a retirada de ervas daninha a cada dois, três meses, outro montante pago durante a colheita em proporção ao total colhido pela família e algumas diárias extras pagas para serviços auxiliares demandado pela fazenda como a reforma das cercas, por exemplo. A quantidade de pés de café que deveriam ser cuidados durante ao ano era distribuída conforme com o número de homens maiores de 12 anos pertencentes a cada família denominados “*enxadas*”: 1000 pés por *enxada*. Além disso, os colonos

moravam na terra do fazendeiro em casa concedida por ele e para sua alimentação ficava reservado o direito de plantar alimentos para sua subsistência em área concedida também em proporção ao número de “enxadas”.

Daí conclui que quanto maior a família maior a quantidade maior de pés de café sob o cuidado da família e maior a probabilidade de obter maiores ganhos nos períodos de colheita, uma vez que eram pagos por produção. Esta perspectiva de que a forma de pagamento no colonato se configurava em certo incentivo a natalidade gerou um debate. .

As críticas a essa perspectiva apresentou através de dados demográficos que as famílias italianas possuíam em média cinco membros não sendo consideradas famílias tão grandes como comumente se pensa ao se referir as famílias imigrantes. Mostraram também que as famílias nordestinas que migraram para São Paulo a partir de 1920 eram ainda maiores, em média sete membros. Isso pode ser explicado pelo fato de as famílias nacionais possuírem o hábito de se casar mais cedo do que as famílias imigrantes. Além desse fator as pesquisadoras dessa vertente que critica a ideia das famílias grandes no colonato, apontam que outros fatores podem estar relacionados à alta natalidade do passado, por exemplo, a alta mortalidade que pode vir a comprometer a relação consumidores-produtores com a morte de alguém produtivo, logo a alta natalidade seria uma forma de se precaver aos possíveis impactos de uma morte futura.

Observou que além desses fatores demográficos outras variáveis precisam ser mobilizadas para se compreender melhor a alta natalidade do passado como, por exemplo, os valores e tradições patriarcais das famílias camponesas que inculcavam nas mulheres a ideia de que maternidade e mulher se complementam como necessárias. Além de que os arquétipos femininos de fragilidade e submissão ao marido colocam este último em uma posição de superioridade que em muitos casos terminam em violência não só física, mas psicológica e sexual. Portanto finaliza-se esse relatório com a indicação de se observar o fenômeno do ponto de vista da violência conjugal, sobretudo a sexual.

2.3. OBJETIVOS

Apresentar o debate acerca das “famílias grandes” no colonato indicando a necessidade em se compreender o fenômeno a partir das especificidades de gênero e da violência conjugal.

2.4. METODOLOGIA

A pesquisa foi exclusivamente bibliográfica. Iniciamos com o texto de Verena Stolcke (1982) “A família que não é sagrada” observando a tese da autora de que a forma de pagamento no colonato se constituía numa espécie de incentivo a natalidade ao premiar famílias grandes. Durante a procura de mais textos sobre o assunto encontramos o artigo de Maria Coleta F. A. de Oliveira (1986) “População e força de trabalho: o caso da cafeicultura no oeste paulista” que contesta essa ideia comumente repetida de que as famílias imigrantes eram grandes. Essa autora utiliza os dados coletados por Maria Silvia C. B. Bassanezzi (1986) “Família e força de trabalho no colonato: subsídios para compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro” para fundamentar sua crítica, levando a pesquisa ao estudo dessa autora. Nessa primeira etapa não só descobrimos a existência de um debate como o finalizamos.

Com os apontamentos de Bassanezzi (1986) de que a compreensão da alta natalidade no passado precisa incluir os fatores culturais que envolvem as tradições e costumes da família passamos ao estudo destes como forma de caminhar com o debate. Nessa intenção os estudos de Octávio Ianni (1977), Maria Beatriz Nader (2008), Erly Euzébio dos Anjos (1995) e Marilena Chauí (1985) foram fundamentais para entender como a mulher compreende sua própria existência necessariamente ligada à maternidade. Nasceram para casarem e serem mães (IANNI, 1977).

O casamento por sua vez foi a forma defendida pela igreja católica para dominar os corpos e submetê-los a organização em núcleos familiares (NADER, 2008). A família foi a forma social base da sociedade que se compunha e para sua efetivação valia-se da mulher para perpetuar por meio da formação dos filhos os diferentes papéis sociais que os homens e mulheres deveriam reproduzir: elas dóceis, amáveis, submissas ao marido, destinadas a maternidade e ao confinamento doméstico e eles viris, livres aos domínios da vida pública, provedores financeiramente e, portanto líder máximo da família. Essa distinção, por sua vez, justifica uma série de violências contra a mulher, não só físicas e psicológicas, mas também sexuais (CHAUÍ, 1985). Por isso a defesa de se caminhar com o debate da alta natalidade do passado levando em consideração as violências sexuais, pois acredita-se que as mulheres não exerciam o controle deliberado da natalidade por que estavam sendo também violentadas. .

2.5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cafeicultura se expandiu pelo oeste paulista, eixo São Paulo - Rio de Janeiro - sul do Espírito Santo e zona da mata mineira. Foi responsável por movimentar enormes contingentes populacionais de imigrantes, vítimas do processo de proletarização europeu. A imigração foi demandada pelo Brasil após a crise do escravismo: época em que as pressões abolicionistas inglesas encareceram o preço do corpo cativo, forçando a necessidade da transição para o trabalho livre em um país sem mercado de trabalho consolidado.

Para se instituir um mercado de trabalho, ou seja, a concorrência entre trabalhadores é necessário que haja uma coação social que force o trabalhador a vender sua força de trabalho. Essa coação surgiu na Inglaterra com o processo de “separação entre produtor e seu meio de produção” amplamente empregado no período denominado por Marx (2013) como *acumulação primitiva* (idem, p.786).

Observando este processo na segunda metade do século XIV, o autor constata uso extremo da violência no chamado “clareamento das propriedades - definição jurídica dada para as ações estatais de expulsão dos trabalhadores das terras: que significava, na verdade, varrê-las de seres humanos” (MARX, 2013, p.800). Todos os métodos de separação do camponês do seu meio de subsistência foi chamado pelo autor de expropriação da terra e teve como resultado a formação do trabalhador livre e posteriormente assalariado. Completamente desprovidos ou livres dos bens necessários à sua reprodução “o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende sua força de trabalho para viver ou não a vende e morre” (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

No entanto, a absorção dos trabalhadores livres pelas manufaturas emergentes não ocorreu na mesma velocidade em que foram violentamente expulsos dos seus meios de vida. Portanto, muitos se transformaram massivamente,

por força das circunstâncias precárias, em mendigos, assaltantes e vagabundos ou simplesmente desempregados. Esse processo, também chamado de proletarização, favoreceu a parceria entre os países europeus e os fazendeiros do Brasil na medida em que era interessante para ambos o recrutamento em massa (STOLCKE 1982; OLIVEIRA 1986).

Ao contrário da metrópole, na colônia “o problema da mão de obra” (STOLCKE, 1982, p.39) não poderia ser resolvido com expropriação de terras. Tratava-se de um país com dimensões continentais e ampla disponibilidade de terras. Devido a essa particularidade foi necessário consolidar anteriormente à abolição a propriedade fundiária como forma de restringir o acesso do trabalhador à terra e aos meios de produzir para si próprio. Surge assim em 1850 a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, que delimitou o acesso à terra exclusivamente por meio de compra, forçando o trabalhador a ofertar sua força de trabalho para outrem a fim de adquirir dinheiro e por meio dele acessar a terra e sua subsistência.

Essa lei consiste, por um lado, na separação radical entre a propriedade privada e pública (definindo quais terras seriam vendidas e quais seriam para uso do Estado) e por outro, numa política de colonização, pois o montante arrecadado com as vendas das terras era destinado a um fundo que deveria financiar a imigração. Além de dar condições para a existência do mercado de trabalho financiando uma política de colonização também criou as condições para a “continuidade do empreendimento cafeeiro a partir da crise do regime escravista” fornecendo força de trabalho em abundância solucionando por sua vez, “o problema da escassez de mão de obra” (OLIVEIRA, 1986 p.43). Segundo Maria Coleta de Oliveira (1986) muitos são os “pontos obscuros” que tangenciam essa questão:

“Cogita-se dos fatores que teriam impedido a mobilização de população nacional em grande volume pela cafeicultura até 1920. A **ampla disponibilidade de terras** e a consequente **possibilidade de reprodução da economia policultora de subsistência** que desempenhou certamente um importante papel, competindo com o café na absorção da população disponível. A importância da policultura de subsistência nos sistemas econômicos regionais do Brasil teria dificultado as migrações internas em volume suficiente ao adequado suprimento de força de trabalho no café” (OLIVEIRA, 1986, p.44).

A autora destaca um elemento importante: a concorrência advinda das possibilidades de reprodução na economia policultora de subsistência em outras regiões do Brasil. Alguns escravizados, por exemplo, chegaram a recusar as condições de trabalho impostas pelo colonato “encaradas como depreciativas” (PALMA, 2010, p.25). Preferiam a autonomia permitida pela economia de subsistência além de não aceitar o trabalho de mulheres e crianças na lavoura. Ou seja, havia no final do século XIX a possibilidade de se estabelecer em terras próprias, claro que para isso era necessário a migração para áreas mais acessíveis financeiramente.

Dessa forma, concorda-se com Verena Stolcke (1982) que a questão enfrentada pelos fazendeiros não era apenas encontrar força de trabalho para substituir a mão de obra escravizada, mas também de procurar formas eficientes de controlar e organizar o trabalho livre num contexto de concorrência com a subsistência. Segundo a autora, até mesmo a escolha dos fazendeiros por organizar o trabalho em unidades familiares decorre dessa ausência de concorrência, uma vez que esta garante a assiduidade e a permanência no trabalho através do medo de ser facilmente substituído ou de virar desempregado. Em unidades familiares o chefe da família tem a responsabilidade de garantir toda a sobrevivência do grupo e não pode simplesmente se demitir sozinho por exemplo.

A princípio a imigração foi financiada pelos fazendeiros paulistas. Os imigrantes, logo quando chegavam, adquiriam uma dívida inicial referente aos gastos com o transporte de toda a família mais auxílios iniciais. Esse endividamento se tornou um desestímulo ao trabalho, pois o trabalhador preferia ao invés de trabalhar no café, desviar seus esforços para as roças de subsistência, nas quais o produto de seu trabalho lhe pertencia. Os fazendeiros por sua vez não tinham como impor um nível de exploração necessária para amortização das dívidas, portanto foi com a imigração subsidiada pelo Estado após 1880 e com o contrato de colono que os fazendeiros conseguiram a produtividade esperada e as “colheitas atingiram a maior lucratividade do período” (STOLCKE, 1982, p.39). Sem a dívida inicial a família colona via possibilidade em acumular um pecúlio passados alguns anos como colonos. Em outras palavras, o problema da submissão ao trabalho estava resolvido uma vez sanado o desestímulo causado pela dívida inicial.

No contrato era estipulado um pagamento a cada dois meses (variando conforme a fazenda) pelos cuidados de cerca de 1.000 pés de café por número de “enxadas” pertencentes à família, isto é, homens a partir dos 12 anos - idade considerada ativa para o trabalho. Esse número chegou a 2.500 pés ao final do colonato. Em proporção ao número de pés era definida a área para o plantio de subsistência em terras virgens desmatadas ou entre as filas dos cafezais. A colheita dos alimentos era realizada meses antes da colheita do café. Na colheita do café o trabalho era pago pela produção total da família e não somente por “enxadas”. Dessa forma, os fazendeiros garantiam um esforço a mais dadas às possibilidades de rendimento permitidas pela cooperação familiar.

Havia uma nítida divisão de tarefas segundo sexo e idade. O montante pago pelo fazendeiro era recebido e controlado pelo pai, chefe de família. Ele em última instância representava a

família. Todos estavam subordinados à autoridade do pai, que exercia o controle e a supervisão do trabalho. A mãe era responsável pelos cuidados com a casa, com a roça de subsistência, com os filhos, com a alimentação de todo o grupo, participava da colheita e em alguns períodos também trabalhava no trato do café.

Stolcke (1982) evidencia que além da possibilidade de introduzir o trabalho livre num contexto de ausência da concorrência, outra potencialidade da organização em bases familiares está na sua remuneração por produção que garante um estímulo ao trabalho de toda a família, incluindo crianças. O trabalho das mulheres e crianças nos períodos de colheita se configurava para os fazendeiros como uma “reserva barata de mão de obra” (idem, p.81), pois toda a família realizava os cuidados com a lavoura, em alguns casos não só durante a colheita, mas o pagamento fora da colheita continuava sendo por “enxada”. Sendo assim o serviço exercido pelas mulheres e crianças fora da colheita não era remunerado, diminuindo, pois, os custos do fazendeiro. A variação no número de pés de 1.000 para 2.500 ao final do colonato é mais uma evidência de que todos realizavam o serviço, pois de outro modo não seria possível somente as “enxadas” realizarem os cuidados pré-determinados.

Outro ponto substancial na determinação da rentabilidade do colonato é que os benefícios “casa, horta, lenha e etc., não implicavam custos” para o fazendeiro (idem, p.83). Além de que, como havia a figura do “chefe de família”, o proprietário também se beneficiava de uma supervisão e controle do trabalho exercido pelo próprio trabalhador que buscava assegurar um cultivo mais cauteloso na medida em que se tratava do rendimento da própria família.

Como o pagamento e a área destinada ao plantio de subsistência eram estipulados conforme a quantidade de “enxadas” conclui-se que quanto maior o número de filhos homens maior a possibilidade de elevar os rendimentos familiares. Com uma área maior para o plantio de subsistência, maior a capacidade de se adquirir excedentes ao consumo do grupo e, conseqüentemente, de vendê-los. Este encadeamento sustenta a tese defendida por Stolcke (1982) de que a forma de pagamento do colonato se constituiu em um incentivo à taxa de natalidade ao **“premiar famílias grandes”** (idem, p. 75):

“O interesse dos fazendeiros no tamanho e composição das famílias recrutadas não era obviamente motivado por qualquer preocupação humanitária pela rápida emancipação dos trabalhadores, nem visava a reprodução de força de trabalho,

mas suas preferências certamente exerceram influência no comportamento demográfico dos integrantes, por premiarem a alta taxa de fertilidade. Isto por sua vez afetava a divisão sexual do trabalho. Ter grande número de filhos, apesar de inicialmente significar um peso para os pais, significava que, passado os primeiros anos, a capacidade produtiva da família aumentaria de ano para ano” (idem, p.75).

Para a autora, a escolha dos fazendeiros exerceu forte influência na natalidade, pois além de preferir a mão de obra contratada em unidades familiares, ainda insistiam que deveriam ter maior número de trabalhadores aptos. Esse raciocínio é semelhante ao de Chayanov (2014), para quem a dimensão e composição da família determinam em grande parte o produto do trabalho na medida em que um maior número de produtores em relação aos consumidores eleva a capacidade produtiva da família. Ou seja, o pecúlio familiar, isto é, dada quantidade de gêneros adquiridos ao longo de um ano, descontado o consumo do grupo, será para o autor “principalmente determinado pela dimensão e composição da família” (CHAYANOV, 2014, p.106). Neste ponto de vista, a fecundidade é fundamental na determinação dos futuros rendimentos familiares, pois, em síntese, “quanto maior for o número de trabalhadores em uma família em proporção aos consumidores, maior é sua capacidade produtiva” ainda que inicialmente um grande número de filhos represente um “peso inicial” para os produtores (STOLCKE, 1982, p.74). Maria Coleta de Oliveira (1986) reconhece essa ideia e tece críticas a ela:

“O regime do colonato aparece associado à ideia de uma família grande, na medida em que se tem como certo que tanto o êxito do colono como o do sistema dependiam do tamanho da família. De forma mais ou menos explícita esta é a ideia de que **a prole numerosa é o resultado de uma fecundidade deliberadamente não controlada**, fruto da tentativa de um ajuste mais adequado à organização do trabalho predominante” (OLIVEIRA, 1986, p.46).

O que a autora está ponderando é que a prole numerosa não necessariamente resulta de uma fecundidade deliberadamente não controlada. A palavra deliberadamente remete a uma decisão tomada pela família. Nesse sentido ela quer dizer que os colonos não fomentaram uma fecundidade não controlada visando obter rendimentos futuros. Verena Stolke (1982) por sua vez está dizendo que as “preferências” dos fazendeiros por recrutar famílias grandes “certamente exerceram influência no comportamento demográfico dos integrantes, por premiarem a alta taxa de fertilidade” (idem, p. 75).

Vejam, portanto, dois exemplos de famílias imigrantes que se estabeleceram em terras próprias no Espírito Santo no final do século XIX. Onde além de não ter se estabelecido o colonato como em São Paulo, aqui as condições dadas pelo Estado para se adquirir terras eram mais favoráveis; oferecia-se longos prazos para o pagamento das posses (SALETTTO, 1996, p.153-154).

A primeira família era composta por um casal de italianos com seis filhos, sendo eles “um homem de 22 anos, dois adolescentes e três crianças, duas das quais já em idade para auxiliar no trabalho” (SALETTTO, 1996, p.159). O marido veio a falecer e a terra não foi paga. No entanto, quatro anos depois, os filhos requereram novamente a terra e conseguiram estender ainda mais o prazo da dívida. Essa família possuía um equilíbrio na relação entre produtores e consumidores favorecendo sua capacidade produtiva. Assim, conseguiram acumular rendimentos e pagar pela terra, como dito, num contexto mais favorável para se adquirir terras do que em São Paulo.

A segunda família, composta por um casal e seis filhos menores de oito anos, sendo apenas um com idade para trabalhar, nem sequer conseguiram cultivar as terras requeridas, pois tinham insuficiente força de trabalho (SALETTTO, 1996, p.159). Dessa forma, a fadiga necessária para saciar o consumo alimentar, e, além disso, acumular para pagar a terra está concentrada sob os três únicos membros produtivos. Tem-se nesse caso que a relação produtores-consumidores está sobrecarregada no polo do consumo. Ou seja, as fases de desenvolvimento da família são fundamentais na determinação da possibilidade de acúmulo familiar.

Com esses exemplos concorda-se com a crítica de Oliveira (1986) de que nem sempre ter uma família grande significa “vantagem” como expressou Stolcke (1982), pois esse argumento vale apenas para “uma de suas fases, funcionando em sentido oposto em outra” (OLIVEIRA, 1986, p.49). Apesar de Stolcke (1982) reconhecer a existência do peso dos anos iniciais, ela chama a atenção para o fato das famílias grandes conseguirem obter mais sucesso no colonato. Oliveira (1986) reconhece que não há dúvidas de que uma família com maior número de “braços” para trabalhar terá maiores chances de ganhos monetários (idem, p.49). No entanto, o que vai determinar a capacidade produtiva da família será em primeira instância a capacidade dos produtores em suportar os duros anos de trabalho das fases iniciais até que a relação produção-consumo se equilibre. Se os produtores não aguentarem o sucesso da família passa a depender primeiramente do tempo de crescimento dos filhos.

Maria Silvia B. C. Bassanezzi em 1986 reconheceu a existência do debate e dissertou sobre a pergunta: o colonato incentivou ou não as famílias a serem grandes? A autora utilizou como fonte dados da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e de uma das maiores fazendas do oeste paulista no período a Fazenda Santa Gertrudes. Sua resposta foi em direção aos apontamentos de Oliveira (1986): a prova significativa de que o colonato não incentivou é a observação de que as famílias italianas em 1870 tinham em média cinco membros enquanto que as cearenses de 1920 possuíam em média sete membros (BASSANEZZI, 1986, p.45).

Ou seja, as famílias imigrantes não eram grandes como comumente se pensa, mas sim medianas. Além disso, ela discorda da vertente do incentivo dizendo que nem sempre ter família grande significa vantagem e traz dois exemplos para essa fundamentação: para uma família com 4 enxadas e 7 membros, 39% dos ganhos monetários vinham do excedente da produção de subsistência enquanto que para uma família de 10 membros e 6 enxadas apenas 17% dos ganhos vinham da subsistência. Num contexto em que “o dinheiro pelo trato e pela colheita geralmente não cobriam as necessidades de subsistência da família”, posto que o pagamento pelo trato vinha em forma de adiantamentos bi ou trimestrais enquanto que o da colheita, na maioria das fazendas, só ao final do ano agrícola, as famílias dependiam da produção de subsistência. Logo uma família maior, que acumula menores ganhos com os excedentes da produção de subsistência não necessariamente está em vantagem (idem, p.52).

Volta-se a Chayanov (2014), o produto familiar não depende apenas do tamanho, mas da composição da família. Sobretudo no colonato em que todo o ganho, inclusive a área de plantio, era estipulado em proporção ao número de homens maiores de 12 anos. Não só a quantidade de homens é fundamental para a determinação do pecúlio, mas sua idade, a saúde dos membros, a proporção entre consumidores e produtores e a morte de alguém produtivo.

Oliveira (1986) sugere duas razões possíveis para as famílias cearenses serem maiores. A primeira tem relação com a produção de subsistência, isto é a possibilidade de se produzir para o autoconsumo sem limites estreitos como os impostos pelo colonato, leva ao raciocínio de que tendo uma margem maior de produção para a subsistência a família nacional tendia a enxergar menos os filhos como custo. Em segundo lugar a autora destaca o papel da alta mortalidade do passado exercendo uma pressão sob uma fertilidade natural:

“Considerando que as taxas de mortalidade eram altas no passado para uma família rural típica do início do século, cuja sobrevivência era garantida, sobretudo pela economia de subsistência, chegar a ter 5 filhos sobreviventes, a sua fecundidade total deveria ser de 8,3 filhos. Para se elevar de 5 a 6 sobreviventes até os 15 anos, a taxa de fecundidade total teria de se elevar de 8,3 para 10 filhos nascidos vivos” (OLIVEIRA, 1986, p. 51 apud PAIVA, 1982).

Fica evidente que há uma ameaça da mortalidade sobre o aumento da capacidade produtiva da família dado que uma família numerosa, que já enfrentou os anos iniciais será menos impactada com a morte de alguém produtivo e isso poderia justificar uma elevada “fecundidade natural” (OLIVEIRA, 1986, p.51). A autora conclui da seguinte forma:

“teriam sido a alta mortalidade, aliada a abundância de terras responsáveis pela instalação de um **padrão de casamento precoce** e, portanto, pelos altos níveis de fecundidade no Brasil até aquela data. Daí conclui que o tamanho da prole **não resulta de uma decisão deliberada da família**” (OLIVEIRA, 1986, p.46).

Em outras palavras, a ideia da família grande no colonato não obtém respaldo empírico uma vez que os dados da Hospedaria de Imigrantes e da fazenda Santa Gertrudes, compilados por Bassanezzi (1986), mostram que famílias nacionais eram ainda maiores que as famílias imigrantes. Contudo isso não é suficiente para comprovar que a forma de pagamento no colonato não se configurou numa espécie de incentivo à natalidade visto que mesmo Oliveira (1986) reconhece que fatores externos, como a alta mortalidade e a instalação de um padrão de casamento precoce, podem ter exercido influência sobre o comportamento reprodutivo. Sua preocupação está em frisar que as causas da prole numerosa residem em fatores externos e não da deliberação da própria família em ampliar a prole.

Diante desse imbróglio concorda-se com Bassanezzi (1986) que para expandir os conhecimentos sobre a alta fecundidade do passado é preciso recorrer á compreensão dos costumes e valores dessa população e dos padrões de nupcialidade reproduzidos por ela que até aquele momento “pouco ou nada se sabia” (idem, p.35). Nesse empenho os próximos parágrafos são uma tentativa de indicar por onde o debate pode continuar.

Sobre o casamento Maria Beatriz Nader (2008) diz que ele sempre foi uma preocupação da coroa portuguesa: “o poder patrimonial foi a forma escolhida para fundamentar a exploração lucrativa da terra na colônia” (idem, p. 112). Os primeiros colonos aqui estabelecidos estavam se relacionando principalmente com mulheres nativas. A população

estrangeira era de maioria masculina e a falta de mulheres brancas afetava diretamente a repartição do patrimônio adquirido, fazendo com que a metrópole incentivasse um fluxo cada vez maior de mulheres brancas.

Casamento, família e propriedade, portanto, estão conjugados e fazem parte da estrutura que organiza o tecido social. Não obstante, na história brasileira, até a centralização do Estado na era Getulista, eram os grupos familiares que mais se destacavam na esfera política. “Para o projeto metropolitano de ocupação, o ir e vir em busca de melhores condições” no novo mundo não era suficiente: “era necessário o adestramento social da população, mesmo porque, somente com organização social a exploração da colônia traria resultados positivos” (idem, p. 116). Nesse contexto, a família passou a ser a “instituição que ditava as regras da sociedade que se compunha” (idem, p.113-114).

Com esse fim a igreja católica desenvolveu o Conselho de Trento que entendia o “casamento como único meio de dominar os corpos”. Corpos estes indígenas e brancos que estavam se relacionando pelo tempo e da forma que queriam. “O pensamento católico, que perpassava por todas as camadas da população, cidades e zonas rurais, pregava através de seus catecismos, os valores que a igreja desejava impor aos fiéis, principalmente às mulheres a quem restringia o mais possível a ação para dentro dos meios domiciliares” (NADER, p.118). Esta estrutura patriarcal, portanto é legitimada pela dominação patrimonial e se origina no poder doméstico organizado. Uma vez que confinou as mulheres na vida privada visava que elas passassem a reproduzir na formação dos filhos as tradições e os costumes cristãos.

Relegaram às mulheres a tarefa de ser a liga da organização social que se tecia através da assimilação dos arquétipos de submissão e fragilidade. Frágeis precisam permanecer protegidas pelo marido e pelo confinamento. “Desde pequenas aprendiam que deveriam ser sempre dóceis, serenas, amáveis, dispostas a aceitar qualquer imposição do marido” (idem, p.127). Por outro lado, os homens permaneceram livres nos domínios da vida pública e dos patrimônios. Nesse sentido, “valia-se da mulher para adequar a população aos novos preceitos cristãos” inculcando nelas o “entendimento de que a natureza feminina as conduzia ao casamento e a maternidade”, a devoção e a submissão ao elemento masculino (idem, p. 127). O resultado dessa inculcação pode ser vista no relato coletado por Octávio Ianni (1977):

“Uma senhora de 49 anos, com as óbvias dificuldades econômicas da mãe operária, fala no significado da maternidade nos seguintes termos: eu digo pras minhas filha que a saúde vem dos filho. A mesma fala reaparece nas declarações de uma mãe de santo de um terreiro de umbanda existente no bairro operário de Alvorada. Com 40 anos, mãe de 6 filhos, ela diz: eu tive seis filhos e acho uma boa conta. Filho é saúde. Ele limpa o corpo da mulher”. (IANNI, 1977, p.57)

Segundo o autor, a mulher não pensa “o filho segundo as razões sociais mais imediatas”, ou seja, ela não exerce o controle deliberado da fecundidade. “Antes de pensar o filho como multiplicação, benção ou outra razão qualquer, prosaica ou elevada” a mulher tende a pensá-lo como “fruto natural da sua existência” (idem, p.57). Sendo assim, para Ianni (1977) não há uma deliberação prévia da mulher do ponto de vista das condições econômicas ou do aumento da possibilidade de pecúlio maior, para ele “as noções de mulher e procriação complementam-se como necessárias” na medida em que “a mulher prossegue sua realização, como mulher pela procriação” (IANNI, 1977, p. 57).

Sendo assim, não há controle deliberado da fecundidade, pois esta é determinada por valores e tradições que inculcaram na formação feminina a ideia de que maternidade e mulher são partes indissociáveis e destino obrigatório. Ela não pensa no filho como possibilidade de pecúlio pensa-o como fruto natural de sua existência. E os acúmulos monetários não só não estão sobre seus domínios como não fazem parte da formação feminina. Pelo contrário, é ensinado que o poder que ela pode exercer não ultrapassa os limites da casa e mesmo dentro dela o homem ainda responde como líder máximo cabendo a elas obedecer a suas ordens.

Com relação à prole numerosa preocupa mais o fato de que “tratavam-se de mulheres que tinham um filho atrás do outro” (SILVA, p.551, 2004). Era comum a história de mulheres que pariram seus filhos no meio dos cafezais enquanto trabalhavam na colheita. Sendo assim é preciso pensar a maternidade e “a mulher na sua relação com o homem” (STOLCKE, p.89). Se para elas o filho é fruto natural da sua existência, como o filho é entendido por **eles**? Não encontramos em nenhum dos textos estudados respostas para essa pergunta. Por isso defendemos aqui que a prole numerosa precisa ser estudada do ponto de vista masculino e também da violência conjugal posto que é a redução da mulher como um ser passivo, submisso, não-sujeito que sustenta a violência contra a mulher (CHAUÍ, 1985).

Amor e agressão muitas das vezes são vistos como parte integrante do casamento. Essa foi uma das observações de Erly Euzébio do Anjos (1995) na sua pesquisa que envolveu sete denúncias de mulheres junto a Delegacia de Defesa da Mulher – DDM - no final dos anos 80. Em dois dos sete relatos apareceu à frase “ele bate porque me ama” (idem, p.19). Não só sustenta a observação da indissociabilidade entre amor e agressão como evidencia que mesmo agredidas as mulheres continuam exercendo submissão ao positivar a agressão como resultado do afeto. Em um dos relatos:

“uma mulher de aproximadamente 50 anos chega a DDM com hematomas, boca e olhos inchados, alegando ter apanhado de seu companheiro de 80 anos de idade. Exibia uma camisola manchada de sangue e dizia que **havia sido espancada por ter se recusado a ter relações sexuais**. Alegou estar passando roupa até às 10 horas da noite e estava muito cansada” (ANJOS, 1995, p.21).

Em outro relato o marido agressor reclama que sua esposa queria fazer tudo sozinha e que havia, inclusive, ligado às trompas sem lhe consultar (idem, p. 19). É com esses relatos que encerramos essa discussão defendendo a necessidade de se observar a alta fecundidade do passado também do ponto de vista da violência sexual.

2.6. CONCLUSÃO

Concordamos com Bassaezzi (1986) que existe uma dificuldade em descobrir as causas das famílias grandes do passado pela falta de dados empíricos de épocas remotas e da compreensão de outros fatores como o padrão de nupcialidade precoce e fatores culturais. Defende-se a necessidade em observar, sobretudo a influência deste último posto que a assimilação da maternidade e mulher complementam-se como necessárias e são sustentadas por uma série de preceitos cristãos. Preceitos estes que também incumbem à mulher a obrigação de serem obedientes e submissas ao elemento masculino, que ao contrário, é incentivado à liderança e a prover financeiramente a reprodução da família. Isto acaba por colocar ele em uma posição de superioridade em relação ao sexo oposto entendido por toda a sociedade como mais frágil e por isso necessitado de proteção e confinamento. Essa superioridade se reflete em violência não só física como sexual. Portanto é de extrema importância a compreensão de como **eles** compreendiam a maternidade e as relações sexuais, e de como elas viviam essas relações. Nossa hipótese é

de que a violência sexual fez parte da formação dessas “famílias grandes” e merece atenção em estudos futuros.

3. Crise do Trabalho e Land Grabbing: para além das paisagens sucroenergéticas de Olímpia-SP (PIIC – 2019)

3.1. RESUMO

Land grabbing é um fenômeno recente que diz respeito a uma corrida mundial por terras que teria se agravado após a crise de 2008 em resposta a crises alimentares, energéticas e ambientais. O que preocupa é a preponderância dessas negociações em países emergentes que possuem regulações frágeis que não abarcam estratégias modernas de produção e contratação de força de trabalho. Indústrias estrangeiras acabam por aproveitar a falta de regulação para explorar ainda mais recursos provenientes do solo como água, minérios e fertilidade no caso da cana. O controle de terras por governos, empresas e fundos de investimentos estrangeiros é uma história “que está acontecendo nos dias hoje” e se parece com uma espécie de “imperialismo às avessas” (SASSEN, 2016).

Palavras chave: Land Grabbing; negociações com terras; crise.

3.2. INTRODUÇÃO

Durante a primeira década dos anos 2000 algumas usinas de açúcar e álcool do oeste paulista foram compradas por grupos estrangeiros. A chegada desses capitais incentivou a modernização da produção sendo a mecanização do corte de cana a principal mudança do período. Como resultado as turmas de trabalhadores do corte manual foram extintas e o setor viveu um salto de produtividade com o aumento da velocidade do corte.

No mesmo período pesquisadores (as) chamavam atenção para um novo fenômeno que estava surgindo chamado *Land Grabbing*. Segundo os dicionários tradicionais *land grabbing* pode ser inicialmente entendido como “ato de tomar o controle de uma parte do mercado muito rapidamente ou forçosamente” (BOECHAT et al, 2017, p.80). Os dados do Banco Mundial mostravam um aumento de 1000% nas negociações com terras somente na passagem de 2008 para 2009. A compra ou uso da terra passa a se destacar como tendência de investimento após a crise de 2008. A localização desses investimentos também saltava aos olhos. Países emergentes principalmente sul-americanos e africanos foram os principais alvos dessa inflexão.

Nesse contexto o surge o projeto de pesquisa do qual essa pesquisa foi vinculada. Foram realizadas 20 entrevistas em 11 municípios do estado de São Paulo procurando investigar três fusões de grupos estrangeiros com usinas nacionais da região que ocorreram no mesmo período em que as negociações com terras passam a se sobressair.

Entende-se a mecanização do corte e o correlato aumento da produtividade vivenciado no setor como efeitos dessa inflexão de capitais. E procura-se compreender essa inflexão como parte de um movimento geral de valorização do setor agrário que vem a tona a partir do conceito de *land grabbing*.

3.3.OBJETIVOS

O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em articular os efeitos da mecanização do corte de cana de açúcar observados na prática de campo com os debates sobre *Land Grabbing*

3.4. METODOLOGIA

Foi realizado um trabalho de Campo coordenado pelo Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat e contou com uma equipe de nove pesquisadores. Durante os 18 dias em que ocorreu, foram visitados 11 municípios do estado de São Paulo, nos quais se pôde conhecer o processo produtivo da cana-de-açúcar e os produtos dela derivados, delimitar pontos de conflitos nas relações entre fornecedores, arrendadores, prestadores de serviço, trabalhadores e usinas, além de tomar conhecimento básico de questões particulares da comercialização e financiamento dos grupos estudados.

Para tanto, foram realizadas 20 entrevistas com representantes dos mais diversos elos do processo produtivo envolvendo tais grupos. A equipe de pesquisa que participou das atividades, os municípios visitados e a listagem de entrevistados podem ser observados nos anexos desse Relatório.

O grupo de pesquisa ficou responsável por analisar três fusões específicas: a primeira referente aquisição da Equipav Açúcar e Álcool S/A pelo grupo indiano Shree Renuka Sugars Ltd., em 2010; a segunda referente a compra das Usinas Guarani, na região de Olímpia/SP e Barretos/SP pelo grupo francês Tereos, em 2001, criando, ao longo do período, a terceira maior produtora do setor; a terceira referente ao braço imobiliário criado pela Cosan, em 2008, denominado Radar, que tem atuado na compra de terras em oito (8) estados brasileiros, totalizando mais de 230 mil hectares cultivados com cana, soja, milho e algodão, entre outras commodities.

3.5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Land grabbing é um conceito que representa uma corrida por terras iniciada a partir dos anos 2000 que se agrava após a crise de 2008. O fenômeno ganha fama com a publicação do relatório do Banco Mundial onde foi evidenciado que a média anual de negociações com terras no mundo variou de 4 milhões de hectares para 43 milhões de hectares na passagem de 2008 para 2009 (BOECHAT et al, 2017, p. 77 apud S. Sauer e S. Leite, 2012). O salto quantitativo e o tamanho e localização das áreas negociadas chamaram a atenção de militantes, políticos e acadêmicos para a questão.

Quando se observa a produção teórica sobre o fenômeno percebem-se duas fases bem marcadas. Alguns exemplos da primeira fase é a parceria que organiza o Portal The Land Matrix, firmada entre The International Land Coalition (ILC), a Ong internacional Grain e o Relatório do Banco Mundial publicado em 2011 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Essa primeira compilação os dados mostrou:

“ILC indicando aquisições entre 51 e 63 milhões de hectares em 27 países africanos, entre 2008 e 2010; Deninger et al. (2011) apontando 56,6 milhões de hectares negociados em 81 países ao redor do mundo, entre outubro de 2008 e agosto de 2009, a partir de dados de GRAIN; e a Oxfam atestando ao redor de 67 milhões de hectares transacionados em todo o mundo entre 2001 e 2010” (BOECHAT et al, 2017, p. 77).

Essa primeira fase chegou a ser considerada uma “quantificação problemática” por apresentarem dados discrepantes entre si sem muita “teorização e comprovação empírica”, sobretudo quando se considera que essas negociações envolverem terras “usualmente secretas” (BOECHAT, 2017, p. 79). Apesar disso, esse primeiro empenho foi responsável por chamar a atenção inicial da comunidade acadêmica, militantes, jornalistas e órgãos internacionais não só pelo aumento expressivo do número de negociações, mas também pela dimensão das áreas. A base de dados da Grain “dá conta de aproximadamente 14 milhões de hectares adquiridos por 2 investidores estrangeiros em 416 contratos de terra”, se dividir a quantidade de hectares pelo número de contratos, seria o mesmo que dizer que cada contrato equivaleria a uma área de 6 vezes o município da Serra - ES. (SASSEN, 2016, p.114).

Contudo, deve-se considerar que essas negociações se dão de forma estratificada, espalhadas por diversas áreas do globo. Isso levou o relatório do Banco Mundial (2011) a classificar os países receptores de tal investimento conforme uma

“tipologia que variava entre aqueles que teriam: a) pouca terra disponível e baixa lacuna produtiva (como China, Japão, países do Oriente Médio etc.); b) terras disponíveis e baixa lacuna produtiva (como Brasil, Uruguai e Argentina e outros do Leste Europeu); c) pouca terra disponível e alta lacuna produtiva (como alguns países da África e da América Central); e d) terras disponíveis e alta lacuna produtiva (como Sudão, Etiópia, Moçambique, Tanzânia e outros). Com isso, ficava clara a observação lógica de uma ação de governos e empresas de (a) e ocasionalmente de (b), agindo, sobretudo em (d), mas também em (b)” (BOECHAT et al, p.79, 2017 apud DEININGER et al., 2011, p. 86-93).

Segundo Boechat, Toledo e Pitta (2017, p. 79), este relatório constitui na sua essência um influente “guia para terras disponíveis”, na medida em que classificava os países conforme uma “noção de lacuna produtiva” que indicam países que oferecem boas condições de produção, ou seja, leis fundiárias frágeis, baixa concorrência e possibilidade de expansão. Esse incentivo era sustentado com argumentações sobre possíveis “benefícios a que o investimento de capitais poderia levar, alegando uma possível geração de empregos ou de renda por meio da compra ou do arrendamento de terras”. Fica evidente na noção de terras “disponíveis”, como se não houvesse “usos e disputas por essas terras” (idem, 2017).

Assim essa primeira fase de pesquisa foi importante para motivar uma segunda onda de investigação que além de evidenciar os problemas na compilação e produção dos dados da primeira fase, buscou também aprofundar qualitativamente as interpretações sobre as causas do fenômeno. Teceram críticas em relação a pouca comprovação e ao “caráter enviesado” que tendia a dar mais atenção às transações que envolviam chineses e a tomar “dados da imprensa como fatos”. Como resultado o “portal The Land Matrix, por exemplo, passaria a indicar as fontes de suas informações e as discernir entre intenções de investimentos e investimentos efetivamente concretizados”. Até mesmo o Banco Mundial viria a produzir nos anos seguintes uma avaliação mais detida em relação aos impactos socioambientais a que o fenômeno viria a gerar (idem, 2017, p.77).

Essa segunda fase também contribuiu significativamente para o aprofundamento nas definições do fenômeno diferindo ele de outras práticas recorrentes de controle sobre a terra como a expropriação por exemplo. S. Sauer e S. Borras Jr. (2016, p.12-13), autores da segunda fase defendem que *land grabbing* pode ser traduzido como “apropriação de terras” e reúnem três aspectos que particularizam o fenômeno.

O primeiro deles refere-se a “dimensão do poder no controle de terras e de recursos a ela associados” que na maior parte das vezes é intermediado por políticas públicas e que podem “não necessariamente implicar a expulsão de camponeses de suas terras”. Ou seja, diz respeito a pressões de organismos internacionais por regulamentações jurídicas nos países receptáculos que possibilitem as diferentes formas de uso e controle sobre a terra que vai além simplesmente da compra.

O segundo aspecto diz sobre a necessidade de levar em consideração não só a dimensão de áreas e a compra de terra propriamente dita, mas, principalmente, a escala do capital envolvido. Esse aspecto abre possibilidade para incluir outras formas de contrato enquanto práticas de *land grabbing*, a exemplo: concessão, conservação florestal, contrato de fornecimento, arrendamento e etc.

O último aspecto difere o *land grabbing* como sendo “parte das estratégias da dinâmica de acumulação do capital, respondendo à convergência de múltiplas crises: alimentar, energética, climática e financeira”. (Boechat et al, 2017, p. 81). Por exemplo, com relação à crise energética o *land grabbing* seria derivado da volatilidade do preço do petróleo que teria levando a uma busca pela chamada “revolução dos biocombustíveis”.

Uma vez que estes capitais estariam procurando por novas possibilidades de investir em setores mais seguros, por exemplo, que envolvessem a produção de uma mercadoria de fato e não somente baseada em títulos imobiliários, o agronegócio aparece com o adicional de permitir lavouras flexíveis que podem variar seu uso entre a produção de alimentos, combustíveis e rações.

Além disso, soa contraditória a defesa de que os aumentos nos investimentos em terras buscam remediar a crise alimentar posto que “o incentivo ao desenvolvimento” nos moldes do agronegócio que é a principal ameaça da agricultura familiar e dos pequenos produtores, justamente aqueles que os próprios relatórios dessas entidades (FAO) dizem defender.

De todas as características aquela que inicialmente chama mais atenção é sem dúvida a preponderância do *land grabbing* em países com regulações fracas. Outro estudo elaborado para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas apontou que “54% das aquisições observadas eram realizadas em economias em desenvolvimento e transição o que corresponde a 75 milhões de hectares” (SASSEN, 2016, p.114). Significa dizer que durante as últimas décadas, sobretudo após a crise de 2008, governos, empresas e fundos de

investimentos se apropriaram de terras e dos recursos atrelados a ela (fertilidade, água e minerais subterrâneos) numa espécie de imperialismo dos dias atuais, claro que com diversas características próprias: dimensão do capital envolvido; diferentes tipos de contratos de uso da terra; justificativa do investimento atrelada à ocorrência de crises diversas.

A cana-de-açúcar experimentava nesse momento (2007-2008) a alta nos preços das commodities agrícolas. Em relação ao açúcar essa alta foi promovida pela entrada da china no mercado consumidor, que demanda 20% do açúcar do mundo. Demanda esta que se intensificava nos momentos de crescimento PIB. Além disso, o alto preço do barril do petróleo, devido ao controle dos países exportadores de petróleo (OPEP) aliado ao aumento no número de carros flex foram outros fatores que favoreceram a procura por etanol. O setor vivia, assim, a alta nos preços dos produtos derivados do açúcar, momento conhecido como o boom das commodities que se agrava justamente após a crise hipotecária americana de 2008. O grupo de pesquisa ficou responsável por analisar três fusões específicas entre usinas do setor sucroalcooleiro paulista que ocorreram no período (2001, 2008 e 2010).

Essa inflexão de capitais estrangeiros na produção paulista de açúcar e etanol coincide com a chegada da mecanização do corte (2008). Com a entrada da máquina surgem mudanças na forma de produção que implicam em modificações no uso da terra e na organização do trabalho gerando no final do processo o aumento da produtividade. Uma das fornecedoras da Guarani que contratava cerca de 200 trabalhadores por turma no corte manual passou a contratar 22 por turma no corte mecanizado. Logo a inflexão de capitais pós-crise de 2008 na indústria da cana não gerou criação de empregos como defendia o relatório do banco mundial ao tratar sobre os benefícios que a inflexão de capitais poderia gerar.

Grandes grupos concorrentes dão início a fusões quase simultâneas no território paulista. Seu objetivo obviamente é vender mais arrematando a maior parte da demanda. Esse objetivo só é possível ofertando açúcar e etanol a um preço mais baixo do que a concorrência. Para esse fim existem duas possibilidades, ou aumenta a carga horária de trabalho fazendo com que o mesmo número de trabalhadores de outrora produza um maior número de mercadorias ou se investe em tecnologias que façam com que o mesmo número de trabalhadores produza uma quantidade maior de produtos, ou seja, tecnologias que aumentem a produtividade do trabalho. A priorização dos investimentos em capital fixo, mecanização, por exemplo, reduz tendencialmente a parcela de capital variável, trabalho

humano envolvido no processo (KURZ, 2004). Ou seja, se expande e na medida em que o faz expulsa trabalhadores do processo e das terras. Produz desemprego, pobreza, menos arrecadação dos tributos e em escala ampliada, menores níveis de consumo das suas próprias mercadorias.

Além disso, o sustento do ímpeto de modernização constante a cada vez que seu concorrente dá um salto produtivo, só é possível recorrendo a empréstimos bancários ou a abertura de ações na bolsa, que tão logo precisam ser pagos com o lucro adquirido. Logo o lucro reduz ao longo do tempo. O que vemos é um crescente endividamento do setor produtivo se desenvolvendo a custa da expulsão de trabalho vivo do processo produtivo que mantém por sua vez a concentração de capitais no setor financeiro, um setor que não emprega em larga escala e nem produz valor.

3.6. CONCLUSÃO

A crise da sociedade do trabalho decorre da pressão que a concorrência impõe aos capitais para se modernizarem incessantemente e com ele produzir não só um endividamento geral cuja abertura de ações em bolsa é expressão, como também desemprego em massa uma vez que busca produzir uma quantidade cada vez maior de mercadorias utilizando o menos possível de trabalho humano. O que vimos durante trabalho de campo foram efeitos dessa crise: fim das turmas do corte manual, endividamento dos fornecedores com o financiamento das máquinas, máquinas ociosas, queda do preço do açúcar e crise de superprodução.

Todos esses efeitos poderiam ter sido o foco da pesquisa se os esforços para compreender a prática do *land grabbing* e a crise do trabalho não tivessem tomado tanto tempo para sua assimilação. Somente após a escrita do relatório, foi possível entender que a mecanização pode ser entendida como um efeito do *land grabbing* e a partir daí os materiais de campo poderiam ser organizados.

4. Formação da Companhia Vale do rio Doce a partir do viés da mobilidade do trabalho no Espírito Santo

4.1. RESUMO

Propõe-se neste projeto uma hipótese de causa diferente das existentes para a evidência de problemas no recrutamento de mão de obra da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD na década de 1940. Propomos investigar a falta de mão de obra sob o ponto de vista da *mobilidade do trabalho*. Entende-se que antes do emprego de trabalhadores numa determinada área ou função a força de trabalho precisa em primeiro lugar ser extraída. Em

1940 no Espírito Santo, mais da metade da população capixaba residia na área rural trabalhando na cafeicultura. Especialmente nesse estado há ainda a predominância de pequenas propriedades familiares. Ou seja, a maior parte das famílias possuíam a posse da terra. Nossa hipótese para a falta de braços na indústria é a de que os trabalhadores estavam arraigados às possibilidades que o campo ainda oferecia. Em direção à hipótese, observa-se em 1950 um movimento de expansão da cafeicultura em direção ao norte do Rio Doce, mostrando que a atividade estava aberta a possibilidades. Outro fato é o reconhecimento por parte do governo estadual do problema que representava as pequenas propriedades para a formação de um mercado de consumo interno, visto que produziam a maior parte do que necessitavam e compravam muito pouco. As políticas de planejamento tentadas para modificar essa realidade promoveram enormes deslocamentos populacionais. Por isso, o principal objetivo dessa pesquisa será observar a relação desses deslocamentos promovidos pelo planejamento com a alocação de trabalhadores nas atividades metalúrgicas localizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Palavras-chave: Companhia Vale do Rio Doce; planejamento regional; mobilidade do trabalho; migração.

4.2. INTRODUÇÃO

A Companhia Vale do Rio Doce - CVRD nasce na primeira metade do século XX, período em que as ideias desenvolvimentistas começam a ser maturadas e disseminadas por todo o mundo. Raquel Daré (2010) resume em sua dissertação que a ideia de *desenvolvimento*, buscava provar ser possível o ingresso dos países subdesenvolvidos no “rol das nações desenvolvidas a partir de um intenso processo de industrialização e com forte intervenção do Estado” (DARÉ, 2010, p.20). Com a deflagração da crise de superprodução de 1929 o modelo da auto regulação liberal vigente passa a ser criticado dando lugar a defesa da intervenção do Estado na economia.

Na falta de mercado interno para os produtos do fordismo (1929) as nações ricas buscaram “expandir o mercado exterior de seus produtos e encontrar novas áreas para investir seus excedentes”. Em contrapartida exigiam dos países subdesenvolvidos “esforços industrializantes buscando uma aliança capital estatal/internacional”. A CVRD é uma expressão dessa aliança cujo nascimento não seria possível sem o financiamento norte-americano. Ao mesmo tempo era com a presidência Vargas que a “necessidade de

industrialização e da urbanização e o imperativo de desenvolver o campo e as atividades agrícolas” passavam a ser defendidas no cenário político (idem, p. 21-23).

A estratégia para a expansão industrial no país fundava-se por sua vez “numa prévia expansão do setor produtor de bens de produção” (OLIVEIRA, 1977, p.77). É nesse contexto que surgem as estatais Companhia Siderúrgica Nacional, Eletrobrás, Petrobrás e a CVRD.

A Vale do Rio Doce foi o primeiro empreendimento fundado. Nasce com a formalização dos Acordos de Washington assinados em 1942. Os seis acordos firmados entre Brasil, Estados Unidos

e Grã-Bretanha tinham como objetivo principal a “cooperação mútua nos esforços de guerra e a promoção da exploração econômica de recursos naturais no Brasil” (SILVA, 2014, p.141). Neles o Brasil rompe relações com o eixo e declara solidariedade aos aliados.

Com os acordos as propriedades da *Itabira Iron Ore*, empresa de capital inglês e norte americano, detentora de reservas de minério de ferro na região de Itabira-MG estimadas na época em “um bilhão de toneladas e área territorial de 76.800km²” passavam ao controle de uma companhia brasileira (idem, p.130).

As jazidas mineiras foram adquiridas pelo grupo inglês *Brazilian Hematite Syndicate* em 1911. Um ano depois do XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em Estocolmo, Suécia, onde foi apresentado pelo professor da Escola de Minas de Ouro Preto e diretor do Serviço Geológico e Mineratório do Brasil Orville Derby “um amplo relatório em que as jazidas brasileiras eram nominalmente citadas, potencialmente avaliadas e localizadas em mapa”. Neste evento, realizado por siderúrgicas norte-americanas e europeias, o interesse pelas jazidas brasileiras foi despertado, e, aproveitando-se das brechas existentes na Constituição de 1891, “poderosos grupos estrangeiros adquiriram todas as jazidas identificadas”, a preços irrisórios e ficaram aguardando o melhor momento para explorá-las (idem, p. 130-131).

O escândalo da Itabira Iron Ore, como ficou conhecido, revoltou atores brasileiros e deu origem a intensos debates nacionalistas. A exacerbação do nacionalismo na arena política mais tarde resultaria na instituição de um marco legal para a mineração, que até então não existia. Em 1926, Arthur Bernardes altera a Constituição de 1891, que passa a proibir a

“transferência a estrangeiros de minas e jazidas necessárias à segurança do país” (MARTINS , 1976, p. 178).

Em seguida, quando Vargas assume o poder, o debate sobre o regime legal da minas passa para o primeiro plano da agenda. Em 1934 é promulgado o Código de Minas. Com ele todas as reservas e jazidas, conhecidas ou não, passaram ao domínio da união, exigindo para sua exploração concessão especial do Governo Federal. Nos termos de Vargas passava a ser necessárias à segurança da nação a “nacionalização progressiva das jazidas”. Após o golpe de 1937 as posições de Vargas acerca da questão mineral se recrudesceram “vedando qualquer possibilidade de participação de estrangeiros na mineração” (SILVA, 2014, p.136). É nesse contexto de paralisação dos empreendimentos da Itabira Iron Ore; de ofensiva à participação de estrangeiros na mineração que os acordos foram firmados.

Por meio deles, a Inglaterra foi obrigada a transferir ao governo brasileiro as jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore e os Estados Unidos ficaram responsáveis pelo financiamento da ampliação da ferrovia Vitória-Minas e da exploração das minas por uma companhia brasileira. Em troca, a então criada Companhia Vale do Rio Doce ficava responsável por fornecer quantidades pré-estabelecidas de minério de ferro aos Aliados a preços fixados até o fim da guerra e abaixo do preço de mercado por mais alguns anos depois dela (SILVA, 2014). Sua diretoria deveria ser composta por um presidente e dois diretores de nacionalidade brasileira, e dois diretores de nacionalidade americana. Como resultado dos acordos, a CVRD acumulou déficits que se arrastaram até 1952 (ARIOVALDO, 1988, p.16).

O compromisso assumido implicava ações de curtíssimo prazo pois a empresa contava apenas com uma base de extração em Itabira e uma linha férrea em péssimas condições. Visando exportar as quantidades estabelecidas a indústria nos seus primeiros anos se concentrou em: “ampliar o percurso da linha férrea para chegar às minas, fazer amplas remodelações no trecho existente,

Adquirir equipamentos, materiais, locomotivas e vagões, etc. além de aparelhar a mina e o porto de Vitória” (SILVA, 2014, p.145)

Tratou-se de construir todo o complexo mina-ferrovia-porto em tempos recordes. Tamanha era a investidura que tão logo o crédito disponibilizado pelo Export-Import Bank of Washington não foi suficiente. Os recursos foram negociados sem antes realizar um projeto

técnico que tivesse dimensionado às reais necessidades do investimento (PIMENTA, 1981, p. 143-159, apud SILVA, 2014, p. 144). Após a guerra, novos empréstimos só foram concedidos por causa de severas pressões por parte dos diretores da empresa e do Ministro da Fazenda ao Eximbank.

Além das dificuldades de ordens técnicas e financeiras a empresa também enfrentava “grande dificuldade” no recrutamento de mão-de-obra, sobretudo especializada (PORTELA e FREITAS, 2010, p.3). Segundo relato do inspetor de telégrafo encontrado pelas historiadoras, nas folhas de pagamento da companhia dos anos 1944 a 1945 esses problemas ocorriam devido à “carestia da vida” e salários mais altos oferecidos “por empreiteiros de outras organizações situadas ao longo da linha”, como a Morison e Força Expedicionária Brasileira - FEB, que chegavam a aliciar trabalhadores já contratados pela Vale (idem, p. 7).

Visando manter os trabalhadores atraídos pelo emprego, a Vale concedia gratificações, promoções, cursos de formação em parceria com o SENAI nos locais de recrutamento e, até mesmo, residência para os mais antigos e melhores funcionários. Marta Zorzal e Silva também percebe esse problema, mas atribui as causas “ao fato da linha atravessar regiões muito insalubres onde grassavam doenças como malária, hanseníase, tifo e outras”, isto é ao fato da recusa ao trabalho (CVRD, 1992a, p. 189 apud SILVA, 2014, p. 145).

Considerando o debate acerca da *mobilidade da força de trabalho*, principal referencial teórico desta pesquisa, o problema no recrutamento de mão de obra foi indicador de uma hipótese de causa diferente daquelas já assinaladas: concorrência e incidência de doenças. Entende-se que “antes da transformação da mão-de-obra em mais ou menos qualificada a força de trabalho é em primeiro lugar extraída” (GAUDEMAR, 1977, p. 263)¹.

Em direção à hipótese, no Espírito Santo, neste período (1944 - 1945), 79% dos domicílios particulares se encontravam na área rural (MORAES, 1999, p.124). Em 1950, o café ainda era nossa principal pauta exportadora, seguido pelo minério de ferro. Fato que apenas se inverte em 1965 quando o minério de ferro passa a movimentar US\$ 80 milhões enquanto o café diminui em relação aos anos 1950 para uma movimentação de US\$ 20 milhões (SANTOS, 2015, p.169).

¹As condições de existência do capitalismo são o confronto de duas classes opostas no mercado: a de possuidores de dinheiro com a de possuidores de força de trabalho. Segundo Marx (2013) o ponto de partida que deu origem a duas classes opostas está na “dissolução da economia feudal” com a

expropriação da terra do camponês inglês (idem, p.788). Neste período, começa a ser relatado extremo uso da violência no chamado “clareamento das propriedades - definição jurídica dada para as **ações estatais de expulsão dos trabalhadores das terras**”, o que significava na verdade, “varrê-las de seres humanos” (idem, p. 800). Completamente livres da terra e dos bens necessários à sua sobrevivência, “o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende sua força de trabalho para viver ou não a vende e morre” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). A *mobilidade do trabalho*, portanto, só é alcançada após processos históricos que separam o produtor do seu meio de produção. Os processos pelos quais o trabalhador assalariado se forma “assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2013, p.787).

Na cafeicultura do Espírito Santo diferente de outras regiões do país predominava-se a pequena propriedade familiar e em alguns casos formas de meação e parceria. As famílias não só possuíam a propriedade da terra como produziam praticamente tudo o que necessitavam para sua subsistência. O pouco que não produziam como sal, querosene e alguns tecidos, era adquirido nas vendas (DARÉ, 2010, p. 168).

Desse modo argumentamos que as dificuldades enfrentadas pela indústria na sua primeira década devem ser investigadas na sua relação com a forma de trabalho predominante no Espírito Santo. Nossa hipótese é de que a população encontrava-se arraigada às possibilidades que o campo ainda oferecia, acarretando a falta de braços vivenciada na indústria.

Na década de 1940, por exemplo, observa-se um movimento de expansão da cafeicultura em direção ao norte do Rio Doce uma vez construída a ponte Florentino Avidos, em Colatina. Essa ocupação é marcada pela “coexistência entre pequenas propriedades familiares e outras propriedades de maior dimensão” (DARÉ, 2010, p. 160).

Outro fato que vai em direção a hipótese é o reconhecimento por parte dos órgãos de planejamento estaduais acerca do problema que as pequenas propriedades familiares representavam ao avanço da industrialização uma vez que, produzindo praticamente tudo o que consumiam, não favoreciam a formação de um mercado consumidor interno, ao mesmo tempo em que não sendo trabalhadores assalariados, não dispunham de uma quantia em espécie individual, fixa e mensal para a compra de bens de consumo (idem, p.131).

Ou seja, havia por parte do governo estadual uma preocupação em relação à pequena propriedade familiar e aos problemas que ela representava para a formação de um mercado consumidor interno. Procurando solucionar esse problema, o planejamento tentado pelo Estado, visando a modernização agrícola (erradicação dos cafezais e os incentivos à silvicultura e à agropecuária) resultou na migração de um enorme contingente populacional.

Tendo esse plano de fundo as perguntas que motivam essa pesquisa a revisitar as indicações bibliográficas de Raquel Daré são: esses trabalhadores liberados do campo foram trabalhar nas indústrias nascentes, sobretudo, no complexo metalúrgico? Se sim, quais as condições de vida e trabalho (na mineração) dessas populações recém-chegadas? Quem eram esses trabalhadores e como foi sentido empiricamente as políticas empreendidas? Como os interesses da mineração estavam sendo postos nos diagnósticos da FINDES e CODES? Havia especificamente um interesse ou preocupações em relação a demanda de força de trabalho das indústrias? Quais grupos ou figuras defendiam esses interesses?

Entendemos que propor uma nova interpretação para o problema é importante quando se leva em consideração a crítica feita por Luiz Evangelista Andrade (2020) ao economicismo dualista dos estudos da *formação econômica do Espírito Santo*. Segundo o autor, esse tema tem sido explicado a partir da lógica dos ciclos econômicos; de como o Espírito Santo evoluiu do isolamento e marasmo à modernidade; segue uma lógica evolucionista; constitui-se em um encadeamento de fatos histórico-econômicos que acabam por não explicar os processos de formação das categorias fundamentais da socialização capitalista: valor, trabalho abstrato, mercadoria e dinheiro. Esta pesquisa se propõe, portanto, a investigar a modernização no Espírito Santo a partir da dúvida de como a categoria trabalho abstrato se forma. Busca assim agregar o campo de estudos observando especificamente a formação daqueles e daquelas que põe o capital em movimento.

4.3. OBJETIVOS

Compreender a relação entre a mobilidade dos trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce e as políticas de planejamento regional realizadas no estado do Espírito Santo, no período entre 1942 a 1979.

4.3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

4.3.1.1.

Revisitar os diagnósticos da Federação da Indústrias do Estado do Espírito Santo - FINDES, Conselho de Desenvolvimento Econômico - CODEC, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo - CODES e Núcleo de Estudo e Pesquisa - NEP investigando como a preocupação do governo estadual na liberação de mão de obra do campo para a indústria foi expressa dando especial atenção aos interesses da mineração.

4.3.1.2.

Contrapor a periodicidade dessas políticas com o comportamento dos dados de migração no Espírito Santo e recrutamento e especialização da força de trabalho da CVRD nos anos entre 1942 a 1979 contidas nas Circulares Internas da Companhia.

4.3.1.3.

Entender como foi sentido empiricamente as políticas empreendidas e quais as condições de vida e trabalho dessas populações recém-chegadas a partir de teses e dissertações sobre a silvicultura no Norte do Espírito Santo e sobre a formação do Complexo de Tubarão.

4.4. REVISÃO DE LITERATURA

4.4.1. Planejamento regional

Na América Latina o debate acerca das diretrizes desenvolvimentistas se deram no âmbito da CEPAL (1948), órgão criado pela ONU com o objetivo de “implantar núcleos de apoio ao planejamento das economias do pós-guerra”. Exigia-se das economias subdesenvolvidas “uma ação consciente e sustentada por parte do Estado a fim de que a política de desenvolvimento, expressa em programas, pudesse se traduzir em medidas concretas de políticas econômicas” (DARÉ, 2010 p.22).

No Brasil, a revolução de 1930 marca o fim da “hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2003, p. 35). Até o momento, o que se observava no país eram “atividades primárias exportadoras distribuídas em regiões distintas” (DARÉ, 2010, p.31). Elas próprias se ligavam ao capital internacional e não priorizavam a produção de bens para a troca no mercado interno. Não se

tinha portanto um mercado nacional integrado. Para contornar esse problema uma série de medidas foram tomadas visando integrar o território nacional como por exemplo “a queda das barreiras tarifárias interestaduais, a instituição do Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no Brasil e o fim das legislações estaduais sobre o comércio exterior” (idem, p.31).

Objetivando superar os “desequilíbrios regionais” buscou-se nesse momento, segundo Francisco de Oliveira, a “implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica”. Tratava, segundo o autor, da “destruição das economias regionais”. Tendo como pólo dinamizador São Paulo, “esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente de outras “regiões” para centralizar o capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 75).

Em outras palavras, a integração nacional significa a passagem forçada rumo a homogeneização capitalista que tem como base o processo de concentração e centralização. Quem força a passagem é o Estado e “o planejamento emerge aqui como uma forma de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional” (OLIVEIRA, 1981, p.29).

A dinâmica nacional era repercutida no cenário político dos estados. No Espírito Santo, Vitória figuraria como o polo dinamizador. Veremos adiante como que o ataque às pequenas propriedades familiares e ao suposto vazio demográfico são exemplos desse movimento que destrói para captar o excedente ou para concentrar: concentrar as terras do norte do estado nos latifúndios e a renda nas atividades industriais.

4.4.2. Modernização no Espírito Santo

No Espírito Santo a estratégia da planificação começa a ser empreendida nos fins da década de 1950. Até o momento, 60% da arrecadação estadual vinha do comércio e beneficiamento do café (DARÉ, 2010, p.42). Quando os preços do café voltam a cair em 1953 começa a surgir a preocupação por parte do governo estadual em relação à dependência do café, essa por sua vez, seria superada pela “diversificação produtiva do Espírito Santo” orientada pela indústria e pela e pela produção de exportáveis. Objetivava-se com isso aumentar a geração de divisas para sustentar um desenvolvimento que não dependesse quase exclusivamente da cafeicultura.

Esses interesses foram condensados em torno da FINDES criada em 1958 com o objetivo de se “constituir no núcleo central de articulação dos meios de dinamizar a indústria” (idem, p.35). Primeiramente foram elaborados uma série de diagnósticos sobre a realidade econômica e social capixaba que chegaram a conclusão do “atraso” econômico do estado em relação aos demais centros do país, sobretudo os da região sudeste da qual se encontra inserido.

Percebe-se também uma concentração demográfica no sul do estado, nas áreas de predomínio da cafeicultura fundada na reprodução da pequena propriedade familiar. Viam essa forma de produção como um verdadeiro obstáculo à modernização agrícola, posto que o problema da cafeicultura no estado estava na sua baixa produtividade gerada pela forma de produção “arcaica” que era empregada. Não se tratava portanto do aumento da área cultivada, mas da aplicação de técnicas modernas de cultivo que permitiriam o aumento da produtividade dos pés de café. Contudo, na visão dos diagnósticos, é mais fácil a aplicação dessas técnicas em larga escala do que em cada pequena unidade produtiva.

Indo de encontro aos diagnósticos, a segunda fase do plano nacional de erradicação dos cafezais (1966-1967) atingiu grandemente o Espírito Santo, isto porque o estado era o maior produtor de tipos inferiores de café justamente aqueles priorizados pela erradicação. Contudo a própria sobrevivência das pequenas propriedades familiares em períodos de crise pode ser explicada neste fato, posto que os tipos inferiores do café haviam mercado certo, não disputavam mercado com os tipos superiores produzidos em outros estados e portanto não contribuíram para a superprodução do produto. Ainda assim o estado foi gravemente atingido pela erradicação que reduziu a área cultivada com café quase pela metade, passando de 328.255 ha, em 1960, para 190.596 ha, em 1970” (idem, p.170).

A produção do café no Espírito Santo se dividia entre as pequenas propriedades familiares e regimes de meação e parceria. Todas elas foram afetadas pela erradicação. Contudo os municípios mais afetados foram aqueles que mais produziam café e conseqüentemente os que mais empregavam: “os do Vale do Rio Doce (sobretudo Colatina, Linhares e Itaguaçu) e os do sul do

Estado (Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui e Jerônimo Monteiro)” (idem, p.188).

Com relação à modernização agrícola a erradicação solucionou uma parte do “problema” encarado como as pequenas unidades familiares. Por outro lado, identificaram a região norte do estado como um imenso “vazio demográfico”, invisibilizando completamente as populações quilombolas e indígenas tradicionais da região. O fato de ser um “vazio” justificava o desenvolvimento da pecuária e da silvicultura, atividades que demandam extensas áreas para sua reprodução. Utilizaram dessa justificativa para pleitear a inserção do norte do estado na área de aplicação dos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e do reflorestamento contidos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND. Como resultado, as pessoas físicas ou jurídicas que realizaram atividades de reflorestamento no estado foram beneficiadas com desconto de até 50% no imposto de renda (Lei nº 5.106).

Nas décadas seguintes, entre 1970 e 1980, o norte do estado foi alvo de um movimento de intensa concentração fundiária. Não obstante, foi “a região norte que mais expulsou população entre 1970 e 1980 com destaque para os municípios de Ecoporanga e Mucurici que apresentaram saldos migratórios ponderados superiores a -500 e Conceição da Barra com saldo entre -500 e -300” (idem, p. 186). Os dois primeiros localizados na região do contestado que foi alvo da pecuária e o último localizado no litoral norte, região onde se desenvolveram extensas monoculturas de eucalipto.

Além dessas políticas de modernização agrícola a diversificação preconizada no relatório concedia destaque à atividade metalúrgica, vista como a atividade capaz de acelerar o desenvolvimento no Espírito Santo, sobretudo pelo potencial que representava o escoamento da produção da CVRD realizado no porto de Vitória. Essa seria potencializada com a criação de um complexo industrial na Região Metropolitana da Grande Vitória, materializado mais tarde no Complexo de Tubarão (1966). Portanto, pretende-se caminhar na discussão observando a relação desses deslocamentos produzidos por políticas de planejamento com o trabalho empregado direta ou indiretamente na atividade metalúrgica.

4.5. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa, pretende-se cumprir as seguintes etapas: revisão bibliográfica, análise das Circulares Internas da Companhia e escrita.

4.5.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O período da revisão bibliográfica será destinado a leitura e fichamento de diversos tipos de textos relacionados ao tema do desenvolvimento, do planejamento regional e sua aplicação no Espírito Santo e ao conceito de *mobilidade do trabalho*.

4.5.2. LEVANTAMENTO DE DADOS

A partir da análise das Circulares Internas da CVRD disponíveis no Museu da Vale em Vila Velha pretende-se primeiro constatar se a dificuldade no recrutamento de mão-de-obra permaneceu e depois quantificar a evolução no número total de trabalhadores da CVRD ao longo dos anos 1942 a 1980, objetivando correlacioná-los com a periodicidade das principais políticas de planejamento empreendidas no Espírito Santo e com os dados de migração coletados durante a revisão bibliográfica.

4.6. METAS E CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

4.6.1. Parte 1 da Revisão Bibliográfica:

O período será destinado a compreensão de: 1) debate sobre desenvolvimento e integração nacional a partir de Francisco de Oliveira (2008) e 2) debate sobre políticas nacionais de desenvolvimento no período de 1930 a 1980 compreendendo a função do Plano de Metas, e do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND a partir de bibliografias sugeridas pela orientação.

4.6.2. Parte 2 da Revisão Bibliográfica:

O período será destinado a leitura e análise de: 1) dos diagnósticos da planificação no Espírito Santo observando especificamente os interesses da mineração. São eles: *Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida do Estado do Espírito Santo* (1962), *A Economia Espírito-Santense em Face do Problema do Café* (1961) *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo* (1966), *Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola* (1968), *Alguns Aspectos do Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo 1930-1970* (1985); 2) dos teóricos da formação econômica do ES observando especificamente a mineração, são eles: *O Café e a Urbanização no Espírito Santo: Aspectos Econômicos e Demográficos de uma Agricultura Familiar* de José Antônio Buffon (1992), *A Modernização Violenta: Principais Transformações na Agropecuária Capixaba* de Hildo Meirelles de Souza Filho (1990), *Potencial e Limites às Políticas Regionais de*

Desenvolvimento no Estado do Espírito Santo: o Apego às Formas Tradicionais de Intermediação de Interesses de Helder Gomes (1998), *Industrialização e Empobrecimento Urbano* de Maria da Penha Smarzaró Siqueira (2001); e 3) dos dados sobre migração no ES a partir de *Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX* de Aurélia Hermínia Castiglioni (2009).

4.6.3. Parte 3 da Revisão Bibliográfica:

O período da terceira parte da revisão bibliográfica será destinado ao estudo: 1) dos exemplos de expropriação no ES, são eles: *Progresso da morte, progresso da vida: a reterritorialização conjunta dos povos Tupiniquins e Guarani em luta pela retomada de seus territórios* de Marilda Teles Maracci; *Território como abrigo, território como recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo* de Lídia Lúcia Antongiovanni; *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo* de Simone Raquel Batista Ferreira; *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras* de Osvaldo Martins de Oliveira; *O tempo e o espaço entre os Tupiniquins* de Sandro José da Silva; *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani* de Celeste Ciccarone; 2) da chegada de migrantes e sua alocação na indústria metalúrgica na RMGV a partir de *O Pólo de Tubarão e a expansão periférica da aglomeração de Vitória* de Cláudio Luiz Zanotelli (1998) e *Grande Vitória: Crescimento e Metropolização* de André Tomoyuki (1999); e 3) do debate sobre a mobilidade do trabalho como uma espécie de síntese entre o planejamento para o campo e a especialização na indústria a partir de Jean Paul de Gaudemar (1977).

4.6.4. Análise das Circulares internas:

Neste período pretende-se primeiro constatar se a dificuldade no recrutamento de mão-de-obra permaneceu e depois quantificar a evolução no número total de trabalhadores da CVRD ao longo dos anos 1942 a 1980 objetivando correlacioná-los com a periodicidade das principais políticas de planejamento intentadas pelo governo do estado e os dados sobre migração adquiridos na fase anterior. Reservamos três meses do segundo semestre do primeiro ano para a execução desse levantamento e sistematização de dados.

4.6.5. Escrita da dissertação:

A escrita da dissertação será realizada ao longo de todo o mestrado, mais especificamente nos dois últimos meses de cada semestre, pois espera que ela abarque os principais resultados de cada fase da revisão bibliográfica. Ainda assim, será realizada a redação final

da dissertação, como finalização da parte escrita, além de eventuais correções e formatações no quarto e último semestre da pesquisa, entre o 8º e 11º mês do segundo ano do mestrado.

4.6.6. Disciplinas:

Espera-se que as disciplinas necessárias para cumprimento dos créditos obrigatórios, sejam concluídas nos primeiros semestres de cada ano.

4.6.7. Qualificação:

A qualificação é parte obrigatória que visa demonstrar os resultados parciais da pesquisa, e será realizada no fim do segundo semestre da pesquisa, entre o 11º mês do primeiro ano.

4.6.8. Dissertação:

O ponto 8 consiste somente na apresentação da dissertação visto que a escrita dela será desenvolvida ao longo de todo o mestrado.

4.7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (2022/2023)

ATIVIDADES	Ano																							
	Semestre																							
	Meses																							
	2022/ 2023																							
	2022/1						2022/2						2023/1						2023/2					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1- 1ª Parte Revisão Bibliográfica			X	X																				
2- 2ª Parte Revisão Bibliográfica								X	X															
3- 3ª Parte Revisão Bibliográfica														X	X									
4- Circulares Internas								X	X															
5- Escrita da dissertação					X	X			X	X	X					X	X		X	X	X	X		
6- Disciplinas			X	X	X	X									X	X	X	X						
7- Qualificação											X													
8- Apresentação da dissertação																							X	

4.8. VIABILIDADE E DISPONIBILIDADE

A pesquisa se mostra viável na medida em que já existem estudos que utilizaram as Circulares Internas da Companhia como fonte histórica, incluindo indicação por parte das autoras que utilizaram a respeito da quantidade e qualidade do material disponível. O percurso bibliográfico apesar de longo será desenvolvido com a orientação dos professores da linha de pesquisa em estudos urbanos e regionais que conta inclusive com autor de um dos trabalhos citados. No decorrer da orientação será realizada uma seleção entre os estudos citados priorizando aqueles mais importantes.

Os gastos que a pesquisa requererá serão aqueles necessários ao transporte e alimentação nos três meses de análise da Circulares Internas, além do custo com a cópia do material histórico e eventual compra de algum material bibliográfico.

Com relação à disponibilidade serão destinadas 20 horas semanais para a realização de todas as metas da pesquisa, não contabilizando o tempo destinado à presença nas aulas, uma vez confirmadas a possibilidade de dedicação exclusiva. Na falta de bolsa de pesquisa a disponibilidade semanal cairá pela metade (10h) considerando que o mais provável, nessa ocasião, será conjugar os estudos do mestrado com uma carga horária de 25h semanais como professora na rede básica de ensino. Dado a quantidade de horas extras não remuneradas necessárias ao planejamento de aulas, o período de dedicação a revisão bibliográfica também será reduzido pela metade e os custos com alimentação e transporte ficarão a cargo da própria pesquisadora.

5. CONCLUSÃO

Essa trajetória de pesquisa mostrou a importância do projeto na orientação do estudo. No primeiro relatório as preferências individuais de uma aluna iniciante nortearam a escolha do tema gênero. Contudo ao longo da pesquisa me incomodei com o fato de autoras frisarem repetidas vezes que não era o fator econômico que determinava em primeira instância o número de filhos. Entendi a crítica que se faz as pesquisas que tentam forçar um resultado esperado. Mantive a ética e escrevi um ensaio franco do debate sem omitir dados que contrariassem os meus resultados esperados.

Diante da compreensão de que o gênero não era a principal matriz que despertava meu interesse encampei na segunda iniciação científica um tema econômico. A fim de sanar algumas dificuldades que tinha em relação a crise da sociedade do trabalho, teoria da qual meu grupo de professores é adepto, escolhi o conceito como meu principal objeto. Porém o argumento que defende a existência dessa crise é complexo e sua explicação perpassa a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, teoria que Marx irá desenvolver somente no livro III d'O Capital. Cheguei a conclusão de que esse objetivo ultrapassava as minhas capacidades. Somada a essa dificuldade o trabalho de campo contou com duas viagens. Na primeira foram coletadas 20 entrevistas e na segunda 11 entrevistas. Foi minha primeira experiência com de campo e como não havia recorte e somente a temática crise do trabalho

não soube selecionar quais entrevistas e quais partes seriam mais importantes. Esse entendimento só foi se delinear durante a formulação do texto.

Com essas experiências, na primeira tentativa uma temática que não abrangia a dimensão econômica e na segunda uma temática complexa e sem recorte, decidi escolher um tema que abrangesse as etapas de formação do capitalismo visando me munir de um bom conjunto de conhecimentos. A mineração e a Vale do Rio Doce são pontos de inflexão na economia brasileira e capixaba. Fazem parte das indústrias de base do plano de industrialização nacional do pós-guerra. No Espírito Santo especificamente foi a primeira empresa de vulto a superar a economia cafeeira e a demandar frentes amplas de trabalhadores. Foi responsável por atrair contingentes populacionais que compuseram os primeiros êxodos que formaram a região metropolitana.

Falar da mineração no espírito santo, portanto é falar de migração ou mobilidade de trabalhadores, do urbano e das transformações vivenciadas por essas populações nos seus locais de origem. Esse projeto de mestrado surge, portanto como uma forma de organizar uma nova trajetória de pesquisa abrangente, que consiga sustentar a curiosidade e investigação no tema da formação econômica do Espírito Santo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1. 1º RELATÓRIO DE PESQUISA (2017)

ANJOS, Erly Eusébio dos. A violência no relacionamento conjugal. In: Cadernos de Pesquisa da UFES. Nº5, 1995.

BASSANEZI Maria Silvia C. B. Família e força de trabalho no colonato: subsídios para compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. Núcleo de Estudos de População – NEPO. Campinas, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. “Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”. In: CARVALHO, Horacio Martins de (org.). “Chayanov e o Campesinato”. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2014. 304p.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa. 1977. IANNI, Octavio. “A classe operária vai ao campo”. São Paulo: Editora Brasiliense. 64p, 1977.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de; MADEIRA, Felícia R. “População e força de trabalho: o caso da cafeicultura no oeste paulista”. Revista Brasileira de Estudos Populacionais vol. 3. 1986 Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/issue/view/4/showToc>> Acesso em: 03/09/2018

PAIVA, P. de T.A. “O processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil.”. VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução da População (Prorepop). Comissão Popular e Desenvolvimento do CLACSO, Cuernavaca, México, 1982.

PALMA, Rogério da. A família no processo de constituição dos mercados: uma análise da constituição moral do trabalho livre na economia cafeeira de São Carlos. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: UFSCAR, 2010.

MARX, Karl. “O Capital: crítica da economia política, livro 1”. São Paulo: Editora Boitempo. 2013. 894p.

NADER, Maria Beatriz. Casamento: sentidos e representações. In: NADER, Maria Beatriz. Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2008. 284p.

SALETTI, Nara. “Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo”. Espírito Santo: EDUFES, 1996. 252p.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: História das mulheres no Brasil/ Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezzi (coord. de textos). 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

STOLCKE, Verena. “A família que não é sagrada. Sistema de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo”. In: CORRÊA, Mariza. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. 206p.

6.2. 2º RELATÓRIO DE PESQUISA (2018)

BOECHAT, Cássio A., PITTA, Fábio T. e TOLEDO, Carlos de A. “Land grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates”. Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia, UFF, v. 19, nº 40. (2017) DE SCHUTTER, O. (2011) How not to think of land-grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland. The Journal of Peasant Studies, v. 38, n. 2, p. 249- 279.

GRESPLAN, J. (2012) O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política. São Paulo: Expressão Popular.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola. (2013)

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Editora Paz e Terra s/a, 2004. 231p. (6ª edição revista)

POSTONE, M. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo. (2014)

SASSEN, S. Expulsões, Brutalidade e Complexidade na Economia Global. Rio de Janeiro: Paz e Terra (2016)

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª edição. São Paulo: Edusp, 2006.

WHITE, B.; BORRAS JR., S.; HALL, R; SCOONES, I.; WOLFORD, W. (2012) The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. The Journal of Peasant Studies, v. 39, n. 3-4, p. 619-647. (2012)

6.3. PROJETO DE MESTRADO

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE: 50 anos de História. Companhia Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro: CVRD, 1992.300p

DARÉ, Raquel. 2010. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. 1977. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa.

MARTINS, Luciano. 1976. **Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil**. Paris: Anthropos.

MARX, Karl. 2013. **“O Capital: crítica da economia política, livro 1”**. São Paulo: Editora Boitempo. 894p.

MORAES, Paulo Stuck. **Evolução Demográfica do Espírito Santo (1940-1991)**. Vitória: IHGES, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelido de. 1947. **Integrar para não entregar: políticas públicas e amazônia**. Campinas: Papirus.

OLIVEIRA, Francisco de. 2008. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo.

_____. 2003. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial,

_____. 1977. **A economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Edições do Graal

PIMENTA, Demerval J. 1981. **A Vale do Rio Doce e sua história**. Belo Horizonte: Veja.

PORTELA, Aline de Souza e FREITAS, Camila Soares de. 2010. Sistema de promoção dos

funcionários da CVRD no período de 1944 a 1945, em ANAIS DO XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - Espírito Santo. História Política em debate: Linguagens, conceitos, ideologias. Vitória: ANPUH

SANTOS, Leonardo Bis. 2015. A modernidade chega de navio: aspectos do desenvolvimento do Espírito Santo pelo espectro da expansão portuária, em RIBEIRO L. C. M.; QUINTÃO L. C.; FOLLADOR K. J.; FERREIRA G.L. **Modernidade e Modernização no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES.

SILVA, Marta Zorzal e. 2014. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro.**
Vitória: EDUFES. 440 p.